

Tertúlia Participações e Administração S.A.

CNPJ: 39.763.902/0001-15

Relatório da Administração

Resultados Tertúlia 4T23 & 12M23: São Paulo, 27 de março de 2024. A Tertúlia Participações e Administração S.A. ("Companhia") presente na cidade e estado de São Paulo, apresenta hoje os resultados do ano de 2023 ("12M23"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. A Tertúlia Participações e Administração S.A. é uma sociedade por ações fechada constituída em 23 de outubro de 2020 e tem por objeto social a participação e administração de investimentos na Prolagos S.A. O resultado da Tertúlia consiste na consolidação de sua controlada. Maiores informações sobre o resultado da Prolagos podem ser verificadas no <i>Earnings Releases</i> da empresa, disponível no site de RI da Aegea: https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/prolagos/					Destaques Financeiros			
					Destaques Financeiros ('000)			
					2023	2022	Δ%	
Receita operacional líquida¹					529.592	470.510	12,6%	
Receita de água e esgoto					599.388	533.773	12,3%	
Deduções de receita					(69.796)	(63.263)	10,3%	
Custos e despesas operacionais²					(145.626)	(124.785)	16,7%	
EBITDA					383.966	345.725	11,1%	
Margem EBITDA					72,5%	73,5%	-1,0 p.p.	
Resultado financeiro					(91.847)	(83.173)	10,4%	
Lucro Líquido					157.507	139.952	12,5%	

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
		Controladora				Consolidado			
		2022 (Não auditado)		2022 (Não auditado)		2022 (Não auditado)		2022 (Não auditado)	
Ativo	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	113	120	5.436	4.882	12	—	25.631	24.341
Aplicações financeiras	6	—	—	256.939	86.823	13	—	79.209	227.826
Contas a receber de clientes	7	—	—	161.206	141.873	—	—	6.725	6.131
Estoques	—	—	—	4.676	4.552	—	—	6.032	5.465
Tributos a recuperar	—	—	—	199	181	—	—	17.106	16.072
Outros créditos	—	—	—	3.294	1.356	—	—	3.724	3.010
Total do ativo circulante	—	113	120	431.750	239.667	—	—	138.427	282.845
Aplicações financeiras	6	—	—	8.245	11.506	12	—	8.686	8.285
Contas a receber de clientes	7	—	—	65.944	67.640	13	—	575.369	222.124
Tributos a recuperar	—	—	—	29	29	19 b.	—	31.654	31.539
Depósitos judiciais	14	—	—	23.773	30.453	14	—	10.276	10.311
Outros créditos	—	—	—	17	375	—	—	1.227	331
Total do realizável a longo prazo	—	—	—	98.008	110.003	—	—	627.212	272.590
Investimento	9	521.751	503.238	—	—	—	—	765.639	555.435
Imobilizado	—	—	—	5.414	3.417	15	—	—	—
Ativo de contrato da concessão	10	—	—	100.674	55.904	—	—	1.675	1.675
Intangível	11	—	—	651.657	649.802	—	—	(13.030)	(13.030)
Total do ativo não circulante	—	521.751	503.238	855.753	819.126	—	—	32.044	13.538
Total do ativo	—	521.864	503.358	1.287.503	1.058.793	—	—	499.500	499.500

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
Reservas de lucros									
		Custo com emissão de novas ações		Reserva de Capital		Dividendos adicionais propostos		Retenção de lucros	
		Nota	Capital social	Reserva de Capital	Dividendos adicionais propostos	Legal	de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de dezembro de 2022 (Não auditado)	—	1.675	(13.030)	499.500	661	335	1.339	—	490.480
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	139.952	139.952
Destinação:	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos intercalares	15 d.	—	—	—	—	—	—	(125.074)	(125.074)
Dividendos Intermediários	15 d.	—	—	—	(661)	—	(1.339)	—	(2.000)
Dividendos adicionais propostos	15 d.	—	—	—	13.538	—	—	(13.538)	—
Lucros retidos	15 e.	—	—	—	—	—	1.340	(1.340)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	—	1.675	(13.030)	499.500	13.538	335	1.340	—	503.358
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	157.507	157.507
Destinação:	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos intercalares	15 d.	—	—	—	—	—	—	(124.123)	(124.123)
Dividendos Intermediários	15 d.	—	—	—	(13.538)	—	(1.340)	—	(14.878)
Dividendos adicionais propostos	15 d.	—	—	—	32.044	—	—	(32.044)	—
Lucros retidos	15 e.	—	—	—	—	—	1.340	(1.340)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	—	1.675	(13.030)	499.500	32.044	335	1.340	—	521.864

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		
1. Contexto operacional: A Tertúlia Participações e Administração S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, com sede em São Paulo/SP, constituída em 23 de outubro de 2020 e tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades e/ ou empreendimentos de qualquer natureza na qualidade de sócia ou acionista. 2. Entidades do grupo: A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua atividade:		
	% de Participação	
	2023	2022 (Não auditado)

★ continuação

Tertúlia Participações e Administração S.A. - Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

paridade com água. (ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto: A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) Receitas de construção ativo intangível: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A controlada estimou que eventual margem é próxima a zero. j) Tributos: (i) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Imposto corrente: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto diferido: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Exposições fiscais: Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) Tributos sobre prestações de serviços: O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. k) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (l) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Compensação: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) Receitas Financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes. (i) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. m) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Orientações e exemplos para ajustar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente

ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. n) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022 (Não auditado)
Caixa	—	18
Banco conta movimento	113	120
	113	120

6. Aplicações financeiras:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022 (Não auditado)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	130.050	75.391
Fundo de Investimento Safira	135.134	22.938
	265.184	98.329
Circulante	256.939	86.823
Não circulante	8.245	11.506

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e do fundo de investimento é em média 102,33% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,07% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira dos fundos de investimentos onde o Grupo detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM. O montante apresentado no ativo não circulante, é mantido pelo Grupo para cumprimento de obrigações da companhia, relacionadas a financiamentos, os quais possuem cláusulas contratuais determinando que o Grupo mantenha em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda o equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais. A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado
	2023
Serviços de água e esgoto	247.390
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	20.078
(-) Perdas de crédito esperada	(40.318)
	227.150
Circulante	161.206
Não circulante	65.944
Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:	

	Consolidado
	2023
Classe de consumidor	Saldos a vencer
Residencial	34.508
Comercial	9.129
Industrial	67
Setor público	2.591
Subtotal	46.295
consumidores	106.583
Renegociações (i)	152.878

	Consolidado
	2022 (Não auditado)
Classe de consumidor	Saldos a vencer
Residencial	32.681
Comercial	8.125
Industrial	105
Setor público	2.849
Subtotal	43.760
consumidores	104.937
Renegociações (i)	148.697

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2023 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 21.728 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,19% a.a. (R\$ 13.350 e 6,18% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 8.379 de ajuste a valor presente (R\$ 4.884 em 31 de dezembro de 2022). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes tem as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado
	2023
Natureza	Saldo em 2022 (Não auditado)
Privado (ii)	(22.873)
Público	(1.178)
Renegociações	(16.167)
	(40.218)

b) Composição do investimento:

	Capital Social	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Resultado da	Patrimônio líquido da investida	Investimento em
			da controlada	da controlada	controlada	em 31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Prologos	376.353	100,00%	1.287.390	765.639	157.514	521.751	521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751
							521.751

★ continuação

Tertúlia Participações e Administração S.A. - Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

c) Movimentação da amortização:

Ativo	Consolidado					
	2022 (Não auditado)			2023		
	Amortização acumulada	Adições		Amortização acumulada		
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	(3.329)	(416)		(3.745)		
Instalações técnicas de saneamento	(306.924)	(39.957)		(346.881)		
Edificações de estações de tratamento	(36.404)	(9.537)		(45.941)		
Máquinas e equipamentos	(23.232)	(4.342)		(27.574)		
Outros componentes	(130)	(70)		(200)		
	(370.019)	(54.322)		(424.341)		
Software						
Licença de uso de Software	(1.035)	(369)		(1.404)		
	(1.035)	(369)		(1.404)		
	(371.054)	(54.691)		(425.745)		
Consolidado						
Ativo	2021	2022 (Não auditado)				
	Amortização acumulada	Adições	Transfe- rências	Amortização acumulada		
	2021	2022 (Não auditado)		2022 (Não auditado)		
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	(2.913)	(416)	–	(3.329)		
Instalações técnicas de saneamento	(260.520)	(41.519)	(4.885)	(306.924)		
Edificações de estações de tratamento	(30.368)	(6.463)	427	(36.404)		
Máquinas e equipamentos	(19.454)	(3.799)	21	(23.232)		
Outros componentes	(95)	(35)	–	(130)		
	(313.350)	(52.232)	(4.437)	(370.019)		
Software						
Licença de uso de Software	(741)	(294)	–	(1.035)		
	(741)	(294)	–	(1.035)		
	(314.091)	(52.526)	(4.437)	(371.054)		
O Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o impairment dos bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2023.						
12. Fornecedores e empreiteiros:						
Consolidado						
Fornecedores de materiais e serviços	2022 (Não auditado)					
	2023			2022		
	2023	2022	2023	2022		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	26.767	28.434				
	7.550	4.192				
	34.317	32.626				
Circulante	25.631	24.341				
Não circulante	8.686	8.285				
13. Financiamentos e debêntures:						
Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contra- tado	Valor captado	2022 (Não auditado)	2023
	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contra- tado	Valor captado	2022 (Não auditado)	2023
	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contra- tado	Valor captado	2022 (Não auditado)	2023
Projeto BNDES	SELIC + 3,13% a.a. TJLP + de 2,75% a.a. a 3,43% a.a.	novembro/ 2025 a novembro/ 2035	302.969	249.137	195.545	195.553
		junho/ 2024 a outubro/ 2028	500.000	500.000	459.033	254.397
Debêntures	CDI + 0,65% a 2,58% a.a.				654.578	449.950
					79.209	227.826
Circulante					575.369	222.124
Não circulante						
Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm o seguinte cronograma de vencimento: Cronograma de amortização da dívida - financiamentos:						
Consolidado						
2025	2023					
	2023			2022	2023	2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
2025	17.714			17.714		
2026	17.313			17.313		
2027	17.313			17.313		
2028	17.043			17.043		
2029 em diante	115.269			115.269		
	184.652			184.652		
Cronograma de amortização da dívida - debêntures:						
Consolidado						
2028	2023					
	2023			2022	2023	2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
2028	400.000			400.000		
	416.939			416.939		
	(226.043)			(226.043)		
	(49.992)			(49.992)		
	57.164			57.164		
	8.490			8.490		
	(4.598)			(4.598)		
	2.668			2.668		
	654.578			654.578		
O saldo do custo de captação Consolidado em 31 de dezembro de 2023 totaliza o montante de R\$ 11.597 (R\$ 9.666 em 31 de dezembro de 2022). a) Debêntures: A controlada Prolagos emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:						
Datas de pagamento						
Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Principal	Juros		
	Data de emissão	Valor da emissão	Principal	Juros		
	Data de emissão	Valor da emissão	Principal	Juros		
4ª emissão	Junho/2019	100.000	2 parcelas - junho de 2023 e de 2024	Semestral da emissão		
6ª emissão	Outubro/2023	400.000	Outubro/2028	Semestral da emissão		
Em outubro de 2023, a controlada Prolagos liquidou a 5ª emissão de debêntures de valor nominal total de R\$ 150.000, conforme cronograma de amortização da dívida. b) Projetos BNDES: Entre junho de 2013 e novembro de 2015, a controlada Prolagos celebrou contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com valor nominal total de R\$ 302.969, dos quais R\$ 249.137 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre novembro de 2025 e novembro de 2035. As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da controlada Prolagos limitados ao valor mensal de R\$ 6.272; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da controlada Prolagos detidas pela Aegea. Em janeiro de 2022, foi totalmente liquidada pela controlada Prolagos as captações realizadas em janeiro de 2012 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no valor nominal total de R\$ 57.621, conforme cronograma de amortização definido em contrato. O Grupo mantém em seus financiamentos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2023. 14. Depósitos judiciais e provisões: O Grupo é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais que está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.						
Consolidado						
Natureza	Depósitos judiciais				Provisões	
	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)	2023
	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)	2023
Cíveis	2.812	2.787	2.078	2.526		
Trabalhistas	282	383	103	81		
Tributários	20.345	27.206	6.240	6.899		
Ambientais	334	77	1.855	805		
	23.773	30.453	10.276	10.311		
Movimentação das provisões:						
Consolidado						
Natureza	Resultado					
	2022 (Não auditado)	Adi- cões	Rever- sões	Paga- mentos	Ativo de indenização	Atualização monetária
	2022 (Não auditado)	Adi- cões	Rever- sões	Paga- mentos	Ativo de indenização	Atualização monetária
Cíveis	2.526	5.631	(1.725)	(4.331)	(23)	–
Trabalhistas	81	281	(80)	(179)	–	103
Tributários	6.899	–	(1.395)	–	–	736
Ambientais	805	1.149	(99)	–	–	1.855
	10.311	7.061	(3.299)	(4.510)	(23)	736
Consolidado						
Natureza	Resultado					
	2021	Adi- cões	Rever- sões	Paga- mentos	Atualização monetária	2022 (Não auditado)
	2021	Adi- cões	Rever- sões	Paga- mentos	Atualização monetária	2022 (Não auditado)
Cíveis	2.743	5.439	(968)	(4.688)	–	2.526
Trabalhistas	92	560	(177)	(394)	–	81
Tributários	10.483	–	(3.472)	–	(112)	6.899
Ambientais	1.238	119	(552)	–	–	805
	14.566	6.118	(5.169)	(5.082)	–	10.311

Processos considerados passivos contingentes: A controlada Prolagos é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R\$ 12.064 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.258 em 31 de dezembro de 2022), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: a) **Processos cíveis:** A controlada Prolagos possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela controlada Prolagos. Em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 6.491 (R\$ 5.909 em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos referem-se à: • Ação cível nº 1918/2019 processo administrativo referente aos autos de infração lavrados pela Secretaria de Meio Ambiente de Iguaba Grande pelas seguintes infrações: (i) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração, (ii) baixo funcionamento da centrífuga, (iii) tratamento UV que se encontra fora de operação e (iv) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração. A Concessionária apresentou defesa administrativa em 26/04/2019, os quais estão pendentes de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.150 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2022). b) **Processos trabalhistas:** A controlada Prolagos é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 1.349 (R\$ 1.444 em 31 de dezembro de 2022) e não possui nenhum processo individualmente significativo. c) **Processos tributários:** A controlada Prolagos possui processos tributários que totalizam um montante de R\$ 41 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 954 em 31 de dezembro de 2022) e não possui nenhum processo individualmente significativo. d) **Processos ambientais:** A controlada Prolagos possui processos que totalizam um montante de R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.951 em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos referem-se à: • Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a controlada Prolagos e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A controlada Prolagos instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.933 (R\$ 2.701 em 31 de dezembro de 2022). • Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2022). **Depósitos judiciais:** A controlada Prolagos possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 23.773 (R\$ 30.453 em 31 de dezembro de 2022). O principal depósito judicial refere-se à: • A controlada Prolagos realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 19.915, atualizados até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.809 em 31 de dezembro de 2022) em ações judiciais questionando a incidência de ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão, TUSD e TUST (energia elétrica). Em março de 2023 a controlada Prolagos recebeu a decisão favorável do processo 0232695-30.2014.8.19.0001 em ações judiciais questionando a alíquota de 25% de ICMS sobre serviços essenciais (energia elétrica e telecomunicações), pleiteando a sua redução a 18%. Conforme requerido foi executado o levantamento dos depósitos judiciais realizados, sendo o montante de R\$ 13.206 restituídos a controlada Prolagos.| **15. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social integralizado é de R\$ 1.675 e está representado por 662.791 ações nominativas e sem valor nominal e 500.000 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados: | |
Aegea Saneamento e Participações S.A.	57,00%	
Projeto Lake S.A.	43,00%	
	100,00%	
b) **Reserva de capital:** Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). c) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi constituída reserva de legal em função do saldo ter atingido o limite de 20% do capital social. d) **Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram atendidos conforme o quadro abaixo:		
Lucro líquido do exercício	157.507	139.952
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	39.377	34.988
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício	124.123	125.074
Dividendos destinados do resultado de exercícios anteriores	14.878	2.000
	139.001	127.074
Proposta de dividendos adicionais do exercício		
Dividendos adicionais propostos	32.044	13.538
Em 27 de abril de 2023, a Companhia destinou o montante de R\$ 13.538 a título de dividendos intermediários, dos quais R\$ 7.717 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 5.821 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. Em 29 de maio de 2023, a Companhia destinou o montante de R\$ 1.340 a título de dividendos intermediários, dos quais R\$ 764 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 576 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. Na mesma data a Companhia destinou o montante de R\$ 44.122 a título de dividendos intercalares, dos quais R\$ 25.150 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 18.972 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. Na mesma data a Companhia pagou o montante de R\$ 59.000 referente aos dividendos anteriormente destinados. Em 10 de julho de 2023, a Companhia destinou e pagou o montante de R\$ 30.000 a título de dividendos intercalares, dos quais R\$ 17.100 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 12.900 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. Em 13 de dezembro de 2023, a Companhia destinou e pagou o montante de R\$ 50.000 a título de dividendos intercalares, dos quais R\$ 28.500 foram destinados a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R\$ 21.500 foram destinados a acionista Projeto Lake S.A. e) **Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.		
16. Receita operacional líquida:		
Consolidado		
2023	2022 (Não auditado)	
Receita de prestação de serviços	568.245	505.608
Serviços de abastecimento de água	31.028	28.041
Outros serviços indiretos de esgoto	115	124
Receitas de construção ativo intangível	101.316	85.555
Total receita bruta	700.704	619.328
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(15.815)	(15.305)
(-) Tributos sobre serviços	(53.981)	(47.958)
Total da receita operacional líquida	630.908	556.065
17. Custos e Despesas por natureza:		
Controladora		
2023	2022 (Não auditado)	
Pessoal	–	(26.676)
Conservação e manutenção	–	(4.916)
Serviços de terceiros	–	(44.557)
Materiais, equipamentos e veículos	–	(3.832)
Amortização e depreciação	–	(56.343)
Custo de concessão	–	(2.497)
Custos de construção ativo intangível	–	(101.316)
Energia elétrica	–	(26.300)
(Provisão) Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	–	(100)
Baixa de títulos do contas a receber	–	(9.328)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	–	(3.762)
Produtos químicos	–	(6.523)
Locação	–	(12.456)
Publicidade e Propaganda	(4)	(3.069)
Outros	(3)	(1)
	(7)	(1)
Custos dos serviços prestados	–	(227.198)

18. Resultado financeiro:

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)	2023
	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)	2023
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	2	–	19.281	25.137
Juros e multa recebidos ou auferidos	–	–	6.742	2.507
Outras receitas financeiras	–	–	3.819	210
Receitas financeiras	2	–	29.842	27.854
Despesas				
Encargos sobre financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 13)	–	–	(57.164)	(54.991)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explic				

